



ARTÍCULO | ARTIGO

Fermentario V. 14, N° 2 (2020)

ISSN 1688 6151

Instituto de Educación, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República. [www.fhuce.edu.uy](http://www.fhuce.edu.uy)

Faculdade de Educação, UNICAMP. [www.fe.unicamp.br](http://www.fe.unicamp.br)

---

Matriz de política estatal paulista: A ampliação da oferta de moradias populares e da educação escolar no período da ditadura civil-militar (1964-1985)

*Matrix the Policy State Paulista: The Extension of the Offer of Popular Houses and School Education in the Period of Military Civil Dictatorship (1964-1985)*

*Matriz de Políticas estatales paulista: La ampliación de la oferta de viviendas populares y educación escolar en el período de la dictadura civil militar (1964-1985)*

*Rayane Jéssica Aranha da Silva<sup>1</sup>*

*Maria do Carmo Martins<sup>2</sup>*

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestra em Educação, pelo mesmo programa, com vinculação ao grupo de Pesquisa Memória, História e Educação. Graduada em Pedagogia. Professora da Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Campinas. E-mail: [ray\\_aranha@yahoo.com.br](mailto:ray_aranha@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Historiadora, Doutora e Mestre em Educação, Professora Associada (Livre – docente) do Departamento de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte, da Faculdade de Educação, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e no Programa de Pós-graduação da referida faculdade, na Linha de Pesquisa, Educação e História Cultural; Membro do Grupo de Pesquisa Memória, História e Educação. E-mail: [carminhapousa@gmail.com](mailto:carminhapousa@gmail.com).

**DOI:** <https://doi.org/10.47965/fermen.14.2.3>

**Recibido:** 1/9/2020

**Aceptado:** 10/11/2020

### **Resumo**

O artigo discute a expansão da política de habitação e a ampliação da rede física de escolas durante o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). O estudo focaliza duas escolas, edificadas em bairros populares e periféricos na cidade de Campinas (São Paulo-Brasil), criados em virtude da execução de intensas e articuladas políticas públicas nos âmbitos da habitação e da educação no referido período. A análise do processo de criação das escolas nesses bairros populares aponta para lógicas e intencionalidades presentes no regime militar, consolidadas por intermédio das políticas públicas desenvolvidas, e colabora para a reinterpretação e recontextualização das experiências e trajetórias dessas instituições. Como resultado, verificamos a configuração de uma matriz de política que permitiu que tanto a habitação quanto a educação concretizada no acesso às moradias e na construção das escolas fossem atreladas como elementos de legitimação, controle e ordenamento social na ditadura civil-militar.

**Palavras-chave:** Ditadura civil-militar brasileira; Política habitacional da ditadura; Política educacional; Escolas periféricas

### **Abstract**

This article analyzes the expansion of housing policy and the schools buildings during the period of the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985). The study focuses on two schools built in popular and peripheral neighborhoods, in the city of Campinas (São Paulo, Brazil) whose creation occurred due to the implementation of broad public policies, articulated in the areas of housing and education in the referred period. The analyses of the process of creating schools in these popular neighborhoods, in dialogue with the dynamics of legitimation and the political intentions of the military regime, collaborates to reinterpret and recontextualize the experiences and trajectories of these institutions. As a result, we verified the configuration of a policy matrix that made it possible to link both, housing and education,

specified in access to housing and the construction of schools, are linked as elements of legitimation, control and social order in the civil-military dictatorship.

**Keywords:** Civil-Military dictatorship; Housing policy; Education policy; Schools in peripheral neighborhoods

### **Resumen**

Este artículo analiza la expansión de la política de vivienda y la expansión de la red física de escuelas durante el período de la dictadura civil-militar brasileña (1964-1985). El estudio se centra en dos escuelas construidas en barrios populares y periféricos, en la ciudad de Campinas (San Pablo, Brasil) cuya creación se produjo debido a la implementación de amplias y articuladas políticas públicas, coordinadas en las áreas de vivienda y educación en el período referido. Las análisis de los procesos de creación de escuelas en estos barrios populares, en diálogo con las dinámicas de legitimación y las intenciones políticas del régimen militar, colaboran para reinterpretar y recontextualizar las experiencias y trayectorias de estas instituciones. Como resultado, verificamos la configuración de una matriz de políticas que permitió vincular tanto la vivienda como la educación, concretada en el acceso a la vivienda y en la construcción de escuelas, se vinculen como elementos de legitimación, control y ordenamiento social en la dictadura civil-militar.

**Palabras clave:** Dictadura civil-militar brasileña; Política de viviendas; Política educativa; Escuelas periféricas

Ao que parece, as feridas dos sobreviventes continuam abertas, não podem ser curadas nem por encantões nem por narrativas. A ferida não cicatriza e o viajante, quando, por sorte, consegue voltar para algo como uma pátria, não encontra palavras para narrar nem ouvintes dispostos a escutá-lo

*Jeanne Marie Gagnebin, Lembrar, Escrever, Esquecer, 2006*

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) é objeto de múltiplos estudos e análises que, de modo geral, rastreiam as marcas e os impactos desse período nas dimensões das políticas econômica, habitacional, social, previdenciária, trabalhista e educacional. Despontam ainda estudos que investigam os episódios de tortura, exílio, censura, cassação de direitos,

movimento estudantil e todas as demais iniciativas que, em maior ou menor medida, foram interpretadas ou ofereceram resistência às imposições autoritárias do regime militar.

Passados trinta e cinco anos da queda do governo militar que marcava esse período, alguns acontecimentos recentes no Brasil – nos quais manifestantes exortam o retorno ao governo militar, nos moldes em que ocorreram durante o período da ditadura civil-militar – nos advertem que o lastro do tempo não cicatrizou as dores e as marcas desse passado.

Quando miramos detalhadamente tais eventos, e uma vez amenizados os impactos e a surpresa das notícias, sabemos que é o caráter ético-político dessas manifestações que se sobressai e nos incomoda, em especial por sua importância para a vida cotidiana das instituições e para as pessoas que estão vinculadas a esses espaços públicos. É ainda mais relevante se considerarmos as demandas do tempo presente na defesa da democracia e dos direitos humanos que, sistematicamente, são fragilizados na nossa história.

Sobre tais episódios e a importância de torná-los narrativa e memória, paira justamente a defesa de uma história cuja função seja a de promover uma elaboração sobre o passado, não apenas como lembrança ou culto aos acontecimentos. Como nos ensina Jeanne Marie Gagnebin (2006), trata-se de promover um lembrar ativo, pois precisamos desse passado para produzirmos instrumentos de análise e melhor esclarecer o presente.

Este artigo não se apresenta, portanto, como uma revisão historiográfica sobre o período. Procuramos com ele problematizar como a política habitacional e a expansão da rede escolar, que ocorreram à época, se imbricaram como elementos legitimadores do regime militar. Buscamos também esclarecer elementos históricos e contribuir para compreender a ditadura civil-militar em um processo de elaboração do passado, assumindo ainda a premissa do lembrar ativo. Nosso recorte foi realizado com foco na expansão da rede escolar paulista, a partir das experiências da criação de bairros populares na cidade de Campinas (interior do estado de São Paulo, Brasil), em consonância com a política habitacional realizada.

Dito isso, cabe ainda aclarar que os episódios recentes, o anseio pela ditadura militar, não gerou o tema tratado no artigo, uma vez que a pesquisa sobre as construções de escolas e dos bairros populares do município de Campinas/SP, no âmbito das políticas públicas processadas no referido período, já estava em curso. Contudo, o elemento do presente gerou uma remodelação da maneira como pensamos o objeto de pesquisa, visto que nossa rede de análise se entrecruzou às robustas linhas das políticas habitacionais desenroladas à época,

denotando uma aproximação dos estudos sobre a materialidade escolar, que se apresenta potente hoje na historiografia educativa, com outros estudos socio-históricos sobre o período.

Os estudos históricos acerca da educação no contexto da ditadura civil-militar brasileira são vastos. A grande maioria deles está centrada em duas perspectivas analíticas. De um lado, temos a discussão sobre o projeto ideológico da ditadura e como essa repercutiu em determinadas práticas que movimentavam os saberes escolares, como a criação de disciplinas, os livros didáticos e a organização curricular, por exemplo. Esses estudos contemplam as histórias da educação, das práticas de ensino e práticas disciplinares, bem como a organização dos saberes escolares que, de certo modo, reverberam a discussão de como esses foram ressignificados ao longo da ditadura (Martins, 2002; Cerri, 2003; Kaufmann e Martins, 2009; Filgueiras, 2006, 2015; Tabora de Oliveira, 2018). De outro lado, há uma série de abordagens e estudos cujo mote está na retomada analítica das políticas educacionais, destacando a dimensão legislativa, especificamente voltada para as reformas da educação no período e, algumas vezes, dando evidência aos impactos delas nas instituições (Germano, 1992; Saviani, 2008; Motta, 2014; Celeste Filho, 2017). Essas estruturas de análise ainda são preponderantes, especialmente a abordagem sobre as reformas, já que tendemos à retomada das prescrições e documentos legislativos em busca de uma maior compreensão sobre o marco de ressignificação das leis à época promulgadas. Quando, entretanto, nos mobilizamos em busca das experiências vividas e das formas como tais reformas se imiscuem ou embrenham-se na vida cotidiana das pessoas, nos deparamos com outros sentidos das políticas, de modo que se faz necessário perceber os ciclos longos e os ciclos breves que enfatizam a lógica da mudança (Goodson, 2008, p. 75).

Com tais referências, nos voltamos às experiências e histórias das escolas dos bairros populares e periféricos criados no período, podendo com esse recorte perceber a existência de uma trama que alinhava as estruturas sociais por intermédio das políticas públicas. De forma coordenada, as constantes ações no âmbito da economia, habitação, saúde, trabalho, investimento em infraestrutura e educação capilarizaram elementos do regime ditatorial à vida ordinária da população (Menicucci, 2018).

No caso das escolas e dos bairros analisados, temos em paralelo, mas coordenadas, duas dessas políticas públicas em plena atuação na concretização da oferta de moradia e educação para uma parcela da população que estava à margem desse direito. A consolidação desse

binômio de ações políticas se efetiva no contexto das escolas pesquisadas em virtude da existência de uma “matriz de política” no estado de São Paulo. Por intermédio dela, o Estado efetuou as reformas educacionais e habitacionais com celeridade, moldando-se eminentemente às necessidades e imposições advogadas pelo governo da ditadura civil-militar nas décadas de 1960 e 1970.

### **Casas vinculantes**

Desde o seu início, as ações do governo militar alinhavaram uma rede que priorizou o enfrentamento da crise econômica que assolava o país, argumento fortemente utilizado à época para legitimar a crise política que se instalara com o golpe militar. Para levar a cabo às ações com essa rede, uma série de iniciativas, articuladas por meio do Plano de Ação Integrada do Governo (PAEG), proporcionou a implementação de múltiplas reformas econômicas, dentre as quais constam a reforma tributária, monetária e da política externa. A mudança na configuração da arrecadação dos impostos, por meio das reformas econômicas, fortaleceu a maquinaria tributária brasileira, haja vista que o sistema econômico tem sua força motriz para financiamento das políticas sociais calcada nos impostos. A obrigatoriedade dos tributos subsidiou o direcionamento e investimento do montante arrecadado em áreas elencadas como prioridade pelo PAEG durante a ditadura militar.

Interpretada como peça-chave da engrenagem que fez girar a roda da economia, a política de habitação foi maximizada a nível federal a partir de um conjunto de leis aprovadas, referenciado por estudiosos como “Política Habitacional da Ditadura” (Maricato, 1987). A alteração legal incrementada subsidiou a regulamentação dos “meios” para o financiamento imobiliário e estimulou a indústria de construção civil no país. Nessa estrutura, foram criados três órgãos de importante atuação – o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e do Urbanismo (SERFHAU) – com a finalidade de “estimular a construção das habitações de interesse social e o financiamento da aquisição, em regime de propriedade das moradias, para as camadas da população com renda mais baixa”.<sup>3</sup> Segundo Roberto Campos, à época ministro do planejamento e um dos ideólogos do BNH, a elaboração desse órgão se deu por motivação política, visto que, na visão do governo, o fomento à produção de moradias populares desempenharia o papel de conversão do trabalhador contestador em aliado da ordem. Essa

---

3 O SFH, o BNH e o SERFHAU foram instituídos pela Lei n. 4.380 de 21 de agosto de 1964 e são interpretados como uma política de governo na literatura sobre as instituições (Bolaffi, 1982; Maricato, 1987; Santos, 1999).

visão é reiterada nas palavras do ministro ao pronunciar que “o proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter em arruaças ou depredar propriedades alheias e torna-se um aliado da ordem” (Campos, 1966, p. 20).

A priorização da habitação como área de intenso investimento não se deu de forma aleatória. De acordo com Gabriel Bolaffi (1982), um amplo estudo realizado no Brasil em 1960, patrocinado pelo *Institute for International Social Research*, sobre as aspirações e atitudes políticas das pessoas, revelou que a casa própria era a principal ambição da população urbana brasileira.<sup>4</sup> A premissa fundadora da reforma habitacional vislumbrou na casa popular um alinhamento político: os trabalhadores com acesso à moradia própria seriam mais aderentes ao regime, pois projetava-se que tal condição de acesso teria como consequência a vinculação dos setores populares às finalidades das políticas públicas empreendidas na ditadura.

O estímulo na área da habitação atendeu não apenas a demanda por moradia, mas, também, ampliou a geração de empregos para chamada mão de obra “não qualificada”, bem como impulsionou o setor da construção civil. Outro aspecto a ser considerado na análise dessas ações versa sobre o teor excludente, intrínseco à expansão e remodelação dos centros urbanos em consequência da criação de novas zonas de moradia. Tal exclusão ocorreu por meio do isolamento e distanciamento, sendo significativo no período a realocação dos pobres para estes bairros recém-criados pela política de habitação nas principais cidades brasileiras.

Na maioria dos casos, essa transferência ocorreu sob a justificativa de modernização das áreas centrais, somada a oferta do que se denominou moradia “digna”. Entretanto, a resultante desse processo é a dispersão de certa camada social para localidades mais distantes do centro das cidades e, não raras vezes, com uma infraestrutura ainda muito precária.

Implícito nesse reordenamento urbano está a preocupação com o controle de uma denominada “classe perigosa”, termo contextualizado por Sidney Chalhoub (1996, p. 22) ao assinalar que no Brasil há uma imprecisão nos discursos entre “classes perigosas” e as classes pobres. A identificação da pobreza com vícios, e deles com o perigo social, configura um pensamento no qual o pobre é, por definição, um elemento perigoso. Esse pensamento oitocentista é ainda bastante enraizado na cultura política brasileira, e podemos dizer que

---

4 Bolaffi (1982, p. 43) menciona que esta pesquisa evidenciou uma alta correlação estatística entre a posse de uma moradia e atitudes políticas conservadoras. O levantamento realizado no Brasil integrou um programa mais amplo editado em outros países da Europa, Ásia e América Latina. As análises referentes à Europa foram publicadas no livro *Six Allies And Neutral* (1959). Os resultados referentes ao Brasil, Cuba e outros países tidos à época como politicamente instáveis nunca foram publicados. Segundo o referido autor, o acesso ao dado mencionado ocorreu pela cessão de uma cópia da pesquisa devido a gentileza do autor do estudo, Loyd A. Free.

enviesou a elaboração da política de habitação na ditadura, perpetrando-se em determinadas ações estatais até hoje. Por vezes, o contingenciamento e segregação da população menos favorecida em áreas periféricas se operacionalizou a partir de empreendimentos realizados pelas Companhias Habitacionais (COHAB), órgão vinculado ao BNH, com a função de coordenar e supervisionar as diferentes agências públicas e privadas incursas na construção de moradias populares, com a finalidade de reduzir o custo das edificações.

Temos deste modo, subsidiando a política de construção massiva de habitações populares, duas concepções de forte espectro conservador. De um lado a concepção de que o civismo se ampliaria como comportamento social, uma vez realizadas algumas das necessidades básicas da população, em busca de harmonia e compreensão do interesse público na ordem do país. De outro, a preocupação do regime em revivificar a prática do controle social, tendo em vista que havia sérias críticas nos meios militares, mas também entre representantes de grupos religiosos e jurídicos, quanto a determinadas práticas consideradas liberais e/ou imorais em distintos setores da população antes da instalação do governo autoritário. Dillon Soares (1994) chamou atenção para a concepção predominante nos meios militares realizadores da ditadura, em relação à ideia de ordem como um pré-requisito para o crescimento econômico, devido à sua associação com a ideia de seguridade, expressa inclusive no binômio “desenvolvimento e segurança”.

Neste contexto, a ampliação de casas aos setores populares expressou-se no Plano Nacional da Habitação. O barateamento do gasto construtivo dessas moradias possibilitou o atendimento do critério instituído no plano que focalizou o público com renda máxima de três salários-mínimos. O controle do orçamento impactou o projeto e arquitetura das casas populares edificadas, aspecto verificado na implantação de conjuntos habitacionais sem relação com o contexto urbano ao qual foram inseridos, com qualidade construtiva ruim e esteticamente marcada pela repetição das formas.

O trabalho das COHAB, órgão promotor da política de habitação do BNH, conferiu abrangência no enfrentamento do déficit por moradia no país. Entre 1964 e 1984, observamos a presença de pelo menos uma unidade desse órgão instituída na capital de praticamente todos os estados brasileiros. Fogem a essa constatação o estado do Rio de Janeiro, com a criação da COHAB Volta Redonda (1964), que se somou à já fundada Companhia de Habitação do Estado da Guanabara (1962). O caso do estado de São Paulo diverge da lógica de implantação das

COHAB estabelecidas nos demais estados brasileiros. Nele, em diferentes municípios, foram implementadas sete unidades desse órgão, todas atuantes no processo de criação de moradias populares, a saber: COHAB Campinas (1965); COHAB São Paulo (1965); COHAB Santos (1965); COHAB Bauru (1966); COHAB Bandeirantes (1967); COHAB Ribeirão Preto (1970); e COHAB Chris (1970).

Verificamos em São Paulo a potencialização da oferta de moradias populares fomentada pela política habitacional em curso no Brasil ao longo do período ditatorial. Nele, a atividade da COHAB não se restringiu à abrangência territorial da capital, mas também se ramificou às principais regiões/cidades do interior do estado. A ampliação da oferta de moradia estimulou investimentos na área de infraestrutura, criação de indústrias e contribuiu à expansão da rede pública de ensino por intermédio da construção de escolas nos novos bairros criados.

Nessa matriz de política, o aumento do número de moradias populares se consolidou com a criação de unidades da COHAB em distintas regiões do estado. No que concerne à Educação, o estado de São Paulo estruturou e organizou seu processo de expansão educacional por intermédio de um órgão específico de planejamento, o Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE). O conjunto dessas ações possibilitou a São Paulo um cenário mais promissor no enfrentamento da mudança demográfica ocorrida na passagem da década de 1960 para 1970, momento em que a população da zona urbana superou a da zona rural quanto ao número de habitantes.<sup>5</sup>

### **A expansão da rede escolar paulista**

As décadas de 1960 e 1970 constituem um importante marco na história da educação escolar paulista, pois nesse período foram desenvolvidas diversas iniciativas no âmbito das políticas públicas educacionais que alteraram profundamente o perfil e a capacidade de atendimento da rede de ensino. Dentre as ações realizadas, pontuamos a expansão da rede física de escolas, o aumento do número de matrículas no sistema de ensino e a ampliação do período de escolarização obrigatória, essa última vinculada à reforma educativa do governo militar. As políticas públicas educacionais anteriormente citadas possuem no estado de São Paulo um ponto em comum, já que tiveram sua implementação coordenada pelo FECE. O contexto de

---

<sup>5</sup> De acordo com o censo nacional de 1960, a população no campo era de 38.987.526 habitantes e na cidade 32.004.817. Na década de 1970 tivemos uma inversão, sendo 41.603.839 e 52.904.744, nessa ordem (Instituto Brasileiro de Geografia y Estadística [IBGE], 1993).

criação e a atividade desse órgão são importantes devido à sua intensa atuação e a multiplicidade das ações por ele desempenhada.

A origem do FECE está atrelada à elaboração do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963), conhecido como PAGE. Seu principal propósito foi a formação de um quadro técnico no funcionalismo público para fortalecer a racionalização e potencialização da máquina pública em prol do desenvolvimento do estado de São Paulo. Para Mônica Junqueira de Camargo (2016), em linhas gerais, o PAGE se estruturou em três segmentos: a) desenvolvimento agrícola; b) infraestrutura (rodovias, ferrovias, energia, portos e aeroportos); e c) bem-estar social (justiça e segurança; saúde pública e assistência social; sistema de água e esgoto; educação, cultura e pesquisa).

O panorama diagnóstico que subsidiou as proposições do PAGE para a rede paulista de ensino revelou as deficiências do sistema, sobretudo a precária condição das escolas, agravada pela deterioração dos edifícios e equipamentos existentes, e o descompasso em relação à intensa expansão demográfica reiterada no crescente déficit de vagas nas unidades escolares, além das queixas de má qualidade do ensino. O aumento da procura por vagas no início da década de 1960 gerou uma demanda de atendimento à população que estava à margem das oportunidades educacionais.

Essa nova clientela potencial, constituída por uma parcela de pessoas desprovidas de recursos e moradoras dos centros urbanos, direcionou suas expectativas e necessidades de atendimento para o sistema público de ensino do Estado. Para Marília Sposito (1984, p. 18), a pressão pela extensão do ensino primário para todos, realizada principalmente pela elite intelectual paulista, assim como a reivindicação dos setores populares para a expansão da escolarização de seus filhos e filhas, fez com que a demanda pela ampliação do sistema de ensino fosse acolhida e priorizada nas ações do governo estadual.

Assim, o PAGE assumiu como prioridade “proporcionar condições de efetivo ensino elementar a todas as crianças em idade escolar”, ofertando-lhes instalações adequadas. Para tanto, seria necessário, num primeiro momento, “construir e equipar 3000 salas de aulas do ensino primário com capacidade para 240.000 alunos, possibilitando o funcionamento das unidades escolares existentes em adequadas condições de ensino – em dois turnos de quatro horas diárias” (São Paulo, 1959, p. 68).

Até meados de 1959, o estado de São Paulo não possuía um programa geral para as construções escolares, tampouco conseguiu imprimir na execução dos esparsos programas construtivos uma continuidade e ritmo que atendesse, de fato, a necessidade do sistema escolar. O volume de obras exigido era enorme e impôs ao estado uma suplementação na máquina administrativa, com vistas a custear e planejar a expansão da rede escolar, que até então era mitigada pela atuação da Diretoria de Obras Públicas (DOP) e do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP).<sup>6</sup>

O aparelhamento administrativo do Estado se deu por intermédio de um novo órgão, com elevado grau de autonomia de orçamento e gestão, o Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE).<sup>7</sup> Esse órgão desempenhou a função de “elaborar, desenvolver e custear o programa de construções, ampliações e equipamento de prédios destinados às Escolas Públicas Estaduais de ensino primário e médio” (SÃO PAULO, 1963, p. 24). A dotação orçamentária do Fundo foi custeada pela Secretaria da Fazenda; outras linhas de recursos provinham de autarquias ou entidades privadas, além de acordos celebrados com a União e Municípios.

Até 1965, o estado de São Paulo dispunha de aproximadamente 2260 edifícios escolares, e ao longo de seus 16 anos de funcionamento o FECE ampliou a rede física escolar em 40 % (Mello, 2012). A atuação desse órgão não se restringiu ao planejamento da construção de prédios escolares, uma vez que foi responsável por estudos sobre o crescimento populacional e sua distribuição urbana, inventariou prédios escolares, planejou a distribuição territorial dos novos prédios para cada um dos municípios paulistas, trabalho que tangenciava o campo do planejamento urbano.

Para José Roberto Rus Perez (2000), a multiplicidade das atividades desempenhadas por esse órgão o caracterizava como “pioneiro no Brasil e na América Latina”, visto que após 1965 ele se tornou responsável pela execução das obras escolares no Estado.

Em 1971 há uma alteração no programa de construções edificadas pelo órgão. Nesse momento, os projetos sofreram uma redução no tamanho da construção, com privilégio às plantas arquitetônicas polivalentes, que proporcionavam a inclusão/exclusão de um bloco ou

---

6 Vinculado à Secretaria de Viação e Obras Públicas, o DOP, até 1959, foi o único órgão responsável pela construção de escolas no estado. Foi extinto em 1963, quando foi incorporado ao Departamento de Obras Públicas do Estado.

7 A Lei n. 5.444, de 17 de novembro de 1959, dispôs sobre medidas de caráter financeiro relativo ao Plano de Ação; em seu Artigo 3º, autorizou o Poder Executivo a criar o Fundo Estadual de Construções Escolares.

pavimento a fim de adequar os espaços para diferentes níveis de ensino e as distintas formas de seu uso. Neste mesmo ano, o estado criou um grupo de trabalho para a elaboração do Planejamento Prévio e o Plano Estadual de Implantação da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus, instituída pela Lei n. 5.692/71 do governo militar<sup>8</sup>.

A partir de então, o governo estadual propalou, no Plano Trienal de Construções Escolares, a previsão de construção de 10 mil salas de aula entre os anos de 1972 e 1974, assumindo como meta o cumprimento da Reforma de Ensino e a ampliação da rede física de escolas. A premência da execução das disposições legais do governo da ditadura civil-militar foi evidenciada no discurso do governador Laudo Natel (1971-1975), na apresentação do plano trienal de governo. Na ocasião, o governador afirmou que caberia a São Paulo "... contribuir de modo eficaz para a grande missão de edificar uma nova sociedade brasileira, à base da tecnologia e da ciência, dentro de um mundo em fascinante metamorfose" (FECE, 1971).

O planejamento do sistema de ensino e a expansão da rede física de escolas intensificada no estado de São Paulo, especialmente a partir de 1965, com a atuação do FECE, promoveu uma antecipação das necessidades geradas pela Reforma do Ensino do Governo Militar. O que anteriormente aparentava ser um paralelismo de ações, após 1971, para Kugelmas (1985, p. 40), tornou-se "... mais marcante a integração das diretrizes básicas de atuação do governo estadual com o nível federal. O governo Estadual apresenta-se, de forma muito mais explícita como delegado do poder central".

### **Os bairros populares e as escolas periféricas**

A unidade da COHAB na cidade de Campinas foi implantada em 1965. Nos seus primeiros cinco anos de atuação, esse órgão criou seis bairros populares, produzindo um total de 5.414 unidades habitacionais. Dentre os bairros criados nesse primeiro bloco de moradias populares, três deles foram nomeados em efeméride à ditadura civil-militar brasileira, a saber: Vila Castelo Branco (1967), Vila Costa e Silva (1970) e Vila 31 de Março (1970)<sup>9</sup>.

Tomamos por objeto as escolas públicas edificadas pelo FECE nos dois últimos bairros citados: a Vila Costa e Silva, entregue com 1.531 casas, e o conjunto habitacional Vila 31 de Março,

---

8 A Reforma de Ensino, instituída pela Lei n. 5.692, em 1971, promoveu a ampliação da obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos (equivalente ao 1º grau), contemplando a faixa etária de atendimento dos estudantes de sete a quatorze anos, além de instituir a generalização do ensino profissionalizante no 2º grau.

9 Os nomes aludem à data do golpe civil-militar e aos dois primeiros presidentes da Ditadura, Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) e Artur da Costa e Silva (1967-1969).

inaugurado com 546 unidades habitacionais. Com estrutura semelhante no que se refere ao planejamento urbano, espacialidade das estruturas internas de moradia e serviços, esses bairros reservaram, em seu interior, áreas destinadas ao comércio, postos de saúde e unidades educacionais. Neles, a escola estaria localizada no centro do bairro, as ruas internas se destinariam ao fluxo e convívio dos moradores e as ruas mais largas (vias que circundam e atravessam bairro) abarcariam o tráfego e deslocamento de transportes urbanos. A concepção urbanística destas vilas foi inspirada nas proposições do urbanista Prestes Maia e reiteravam a premissa de que todas as necessidades dos moradores fossem supridas no próprio bairro, evitando-se assim o deslocamento desnecessário desses moradores para o centro da cidade.<sup>10</sup>

Os dois bairros tiveram sua formação populacional composta, majoritariamente, por moradores de habitações em condições precárias, famílias necessitadas que preenchessem os critérios instituídos pelo BNH e expropriados pela prefeitura no processo de modernização da região central da cidade. Estes novos bairros, criados em localidades distantes geograficamente do centro de Campinas, situavam-se nas proximidades das rodovias que circundam o município. O estudo de Maira Rodrigues (2008) menciona a existência da segregação nos moldes centro-periferia nesses bairros populares que, a exceção das escolas públicas neles construídas, estavam desprovidos de demais aparatos estatais e serviços de atendimento social à população. A ausência de equipamentos públicos de lazer na malha urbana dessas localidades desestimulou o encontro entre os moradores, o que reforçou a concepção da casa como ambiente de socialização, seguida da escola como lugar de aprendizagem e vivência comunitária.

A inauguração desses bairros foi realizada apenas com a entrega das casas populares.<sup>11</sup> A energia elétrica, a água, a pavimentação das ruas, a disponibilização de linhas do transporte público, o posto de saúde e até mesmo a escola foram melhorias conquistadas item a item, a partir de reivindicações e luta dos moradores. A alegada grandiosidade da política de habitação empreendida no período destoava da baixa qualidade construtiva das moradias edificadas, com área média construída de 35 m<sup>2</sup> dividida entre sala, cozinha, banheiro e dois quartos. Para além das casas populares, a escola representa o segundo investimento público do Estado nesses bairros.

---

10 Formado em engenharia e arquitetura, Francisco Prestes Maia (1896-1965) foi o principal proponente da remodelação urbana da cidade de Campinas/SP entre as décadas de 1930 e 1960.

11 As casas foram financiadas e os proprietários tiveram um prazo de até 30 anos para o pagamento da construção.

## Projeto de escola

O Grupo Escolar da Vila Costa e Silva, cuja inauguração se deu ao dia 31 de março de 1973 (em celebração da data do golpe militar), surgiu como resultado de lutas por parte dos moradores, com protagonismo da Associação de Moradores do bairro. Para a comunidade, a presença da escola diminuiria o ócio das crianças e jovens do bairro, além de mitigar a ausência de lazer e cultura na localidade. A escola da Vila 31 de Março também foi inaugurada em 1973, três anos após a inauguração do bairro, porém não foram localizados documentos que comprovem a demanda dos moradores pela edificação do grupo escolar.

As duas escolas compartilham a autoria do projeto construtivo pelos arquitetos Miguel Gilberto Paschoal e Alexandre Nasralla; a execução da obra realizada pelo FECE as integram à política de ampliação da rede física de escolas do estado de São Paulo para o atendimento da meta de escolarização mínima de oito anos letivos (ensino de 1º grau) até o ano de 1974.

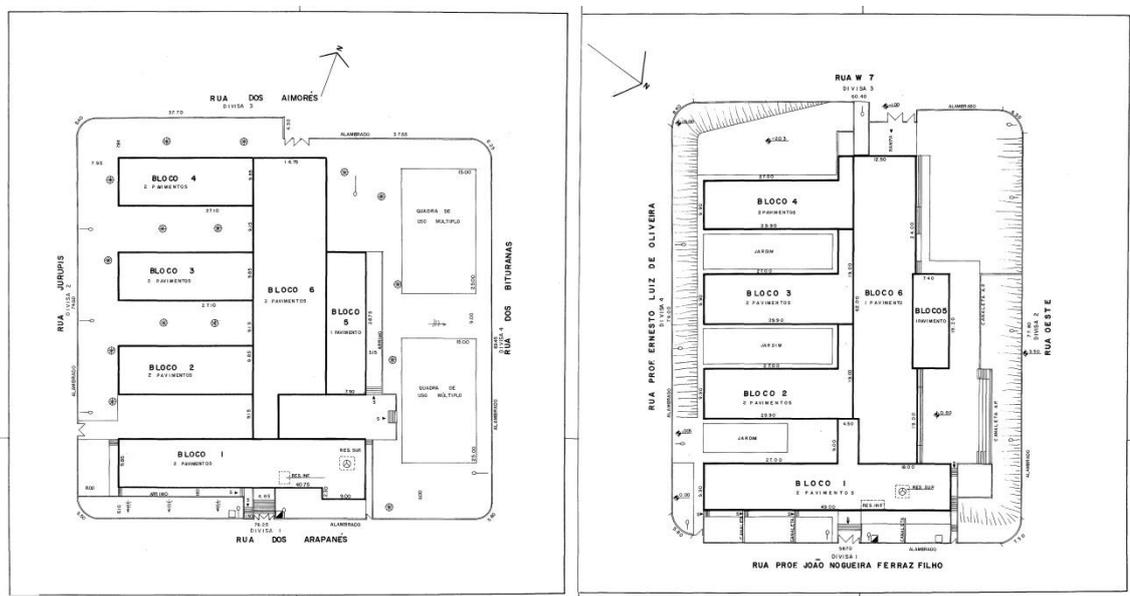


Figura 1: Reprodução da planta baixa das escolas – à esquerda o projeto do Grupo Escolar da Vila 31 de Março, à direita o Grupo Escolar da Vila Costa e Silva. Fonte: Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE).

O projeto desses prédios privilegiou a capacidade de atendimento e a diversificação dos espaços em seu interior. Neles, encontramos a presença de palco, quadra poliesportiva e grandes pátios cobertos. Esses ambientes multifuncionais abrigaram as atividades coletivas realizadas nas escolas; dentre elas citamos as feiras de ciência e apresentação de peças

teatrais, ensaios da fanfarra e a preparação para os desfiles cívicos, que ocorriam no bairro, definidos no calendário cívico instituído pelo regime militar.

Sobre tais práticas, percebemos o aproveitamento de uma arquitetura escolar que se mostrava não apenas inclusiva, no sentido de atender a necessidade de ampliação de vagas no sistema, como também promotora de práticas que potencializam a coletividade em estreita consonância com os ideários da ditadura civil-militar. Ambas as escolas possuem como marca essa característica, o transbordamento/a exibição das práticas coletivas da unidade escolar para o seu entorno (os bairros). Por meio do uso dos espaços do bairro, seja nos desfiles cívicos ou pela abertura à comunidade por intermédio das atividades culturais realizadas no interior da instituição, a cultura escolar estendia-se para além dos muros e cercas das escolas, perpassando várias dinâmicas naquelas comunidades.

Concebemos que é no movimento do cotidiano, usos dos espaços e apropriação dos lugares, da arquitetura escolar e do urbano, que capturamos a trama das linhas tecidas na correlação das políticas públicas habitacionais e educacionais. A presença dessas escolas poderia ser apenas um dado que apontava uma ação estatal na cidade, não fosse à percepção do projeto político que as efetivou. Tal entendimento é decorrente do fato de buscarmos compreender a materialidade da escola como algo que requer uma mirada abrangente, devendo ser analisada no contexto histórico, político e social de uma época. Compreendemos, com Agustín Escolano Benito (2010), que essa materialidade nos remete aos sujeitos em suas experiências de sociabilidade compartilhadas. Toda essa materialidade imbricada (da escola e das moradias), o ordenamento do espaço urbano e a vinculação deles ao cotidiano e ao ideário disciplinador cívico marcante da época podem ser apreendidos como cenários com uma definida semântica cultural, educando silenciosamente os moradores.

Ao contextualizar o objeto de pesquisa nas políticas públicas cingidas no período, incidimos no que Escolano (2001, p. 28) postula ao mencionar que "... a produção do espaço escolar no tecido de um espaço urbano determinado pode gerar uma imagem da escola como centro de um urbanismo racionalmente planejado ou como uma instituição marginal ou excrescente". Assim, buscamos compreender o significado dos edifícios escolares na dimensão da cultura, dos sentimentos e valores por/nele evocados à comunidade.

A compreensão das escolas inseridas nesses bairros implica, necessariamente, no movimento de análise de sua espacialidade e arquitetura na relação com o urbano, e a trama ou o

entrecruzamento desses elementos como políticas públicas encetadas no período. Olhar a escola como um espaço permeável de influências e interferências nos ajuda a compreender os diferentes lugares que essa instituição assumiu ao longo de sua história.

### **Considerações finais**

As construções escolares do estado de São Paulo, edificadas nas décadas de 1960 e 1970, são arquitetonicamente valorizadas. Parte disso decorre do alto teor expansionista e, por consequência, inclusivo, no escopo das ações políticas. Ainda assim, ao estudar esse projeto vemos o modo como as políticas públicas criadas na ditadura civil-militar se legitimaram e de que maneira a expansão da rede física, com a construção das escolas nos bairros periféricos, assumiram também a representação da segurança, da ordem, da promessa de um futuro. Os modos de organizar a administração do regime estabeleceram dinâmicas que o enredaram à vida cotidiana dessas pessoas.

Compreender o que essas políticas representaram, e porque hoje parte do grupo que foi por elas diretamente afetado questiona a eficácia do regime democrático no que tange às políticas sociais, tem sido uma tarefa desafiadora, porém, ao percebermos o imbricamento das políticas de urbanização e a expansão da rede física escolar, compreendemos quão complexo e dinâmico foi o manuseio do tear de políticas públicas daquele regime autoritário. Há, nestes espaços, a memória da conquista da casa própria e da escola para os filhos e filhas; também há contradições, houve confrontos para a conquista de um atendimento público estatal mais qualificado.

Tal matriz de política foi um processo que se desdobrou por todo o país, e o estudo desses elementos específicos, como apresentado nesta pesquisa, nos instiga ainda a apreender como os sujeitos vivenciaram tal experiência histórica nos seus espaços e tempos cotidianos, tarefa a ser empreendida. O que se configurou como uma matriz de política não é, como vimos, a reforma da educação ou a política habitacional, tomadas separadamente, mas a intrínseca relação que ocorreu entre elas. Sabemos, contudo, que a importância dessas ações não diminui a importância de conhecermos a fundo os modos utilizados pelo regime para sancionar práticas autoritárias que corroeram instituições já estabelecidas. O acesso à habitação e os modos de interferir na política de escolarização dos setores populares devem ser tomados no sentido de percebermos como a ditadura civil-militar utilizou-se de distintos modos de legislar, assim como de compreendermos as políticas públicas daquele período

como elementos de consolidação de uma maquinaria de prevenção, ordenamento e controle social.

### Referências bibliográficas

- Brasil (1964). Lei n. 4.380, de 21 de agosto de 1964. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4380.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4380.htm).
- Brasil. (1971). Lei n. 5.692 de 11 de agosto de 1971. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm). Acesso em: 20 de agosto de 2020.
- BOLAFFI, G. (1982). Habitação e urbanismo: O problema e o falso problema. Em: E. Maricato (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega.
- CAMARGO, M. J. (2016). Inventário dos Bens Culturais Relativos ao Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963). *Revista CPC*, (21), 164-203. Disponível em:  
<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/111965/115884>.
- CAMPOS, R. (1966). *Plano Nacional de Habitação*, v. 2. Seminário promovido pelo Instituto de Engenharia de São Paulo e pelo Banco Nacional da Habitação. São Paulo.
- CHALHOUB, S. (1996). *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CELESTE FILHO, M. (2017). A Universidade de São Paulo concebida em 1968 por seus professores, alunos e funcionários. *Revista Brasileira de História da Educação*, 17 (1: 44), 200-233. Disponível em:  
[http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40720/pdf\\_174](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40720/pdf_174).
- CERRI, L. F. (Org.). (2003). *Ensino de História e a Ditadura Militar*. Curitiba: Editora Aos Quatro Ventos.
- ESCOLANO BENITO, A. (2001). Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. Em: A. Viñao Frago. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura escolar como programa*. Rio de Janeiro: DP&A.
- (2010). Patrimônio Material de la escuela e história cultural. *Revista Linhas*, 11 (2), 13-28. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2125>.
- FILGUEIRAS, J. M. (2006). *A educação moral e cívica e sua produção didática: 1969-1993*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em:  
<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10549>.
- (2015). As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename. *História da Educação*, 19 (45), 85-202. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/44800>.
- GAGNEBIN, J. M. (2006). *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34.
- GERMANO, J. W. (1992). *Estado Militar e Educação no Brasil (1964 -1985)*. São Paulo: Cortez Editora.
- GOODSON, I. F. (2008). *As políticas de currículo e de escolarização: abordagens históricas*. Petrópolis: Editora Vozes.

- INSTITUTO BRASILEÑO DE GEOGRAFÍA Y ESTADÍSTICA (IBGE) (1993). *Censo Demográfico 1950/2010 (1993). Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- KAUFMANN, C. E MARTINS, M. C. (2009). Ditaduras militares argentina e brasileira: colaborações culturais em educação na década de 1970 do século XX. Em: D. G. Vidal e A. Ascolani (Orgs.). *Reformas Educativas no Brasil e na Argentina – ensaios de história comparada da educação (1820-2000)*. São Paulo: Cortez Editora.
- KUGELMAS, E. (1985). Políticas públicas na administração paulista: 1946/77. *Cadernos Fundap*, 9, 30-45.
- MARICATO, E. (1987). *Política Habitacional no Regime Militar: do milagre brasileiro à crise econômica*. Petrópolis: Editora Vozes.
- MARTINS, M. C. (2002). *A História Prescrita e Disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?* Bragança Paulista: EDIUSF.
- MELLO, M. G. (2012). *Arquitetura escolar paulista. Fundo Estadual de Construções Escolares – FECE 1966-1976*. São Paulo: FAUUSP.
- MENICUCCI, T. (2018). *Políticas sociais: conceitos, trajetórias e a experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- MOTTA, R. P. S. (2014). *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar.
- PEREZ, J. R. R. (2000). *Avaliação, impasses e desafios da educação básica*. São Paulo: Editora da Unicamp.
- RODRIGUES, M. (2008). *Mudanças na segregação espacial em Campinas e influência sobre as redes sociais de pobres urbanos*. São Paulo: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-25082009-154947/publico/MAIRA\\_RODRIGUES.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-25082009-154947/publico/MAIRA_RODRIGUES.pdf).
- SANTOS, C. H. (1999). *Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1988*. Texto de Discussão, 654. Brasília/DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- São Paulo (Estado) (1959). *Plano de ação do governo 1959-1963: administração estadual e desenvolvimento econômico social*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estadual.
- (1963). Secretaria de Educação. Fundo Estadual de Construções Escolares. *A execução do programa de construções escolares*. São Paulo: [s.n].
- Saviani, D. (2008). O legado educacional do regime militar. *Cadernos Cedes*, 28 (76), 291-312. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>.
- SOARES, G. A. D. (1994). O golpe de 64. Em: G. A. D. Soares e C. D'Araújo (Orgs.). *21 anos do regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- SPOSITO, M. P. (1984). *O povo vai à escola*. São Paulo: Loyola.
- TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. (2018). *Educação Física Escolar e ditadura Civil-Militar no Brasil (1968-1984). Entre adesão e a resistência e Outros Estudos*. Curitiba: Editora IFPR.